

Extensão e Comunicação Rural

A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da EMATER e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) no Território da Cidadania Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte

Agricultural Extension (ATER) of the EMATER Institute and the Dom Hélder Câmara Project (PDHC), in state of the Rio Grande do Norte, Brazil

Rosane Fernandes de Sousa Gurgel^I , Emanuel Márcio Nunes^{II} , Vívian Menezes da Silva^{III} 

I Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), Dept^o de Agrotecnologia, Mossoró(RN), Brasil

II Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Dept^o de Economia, Mossoró(RN), Brasil

III Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Dept^o de Economia, Mossoró(RN), Brasil

RESUMO

O objetivo é analisar aspectos característicos de estruturas distintas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), representadas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN), e pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) em assentamentos de reforma agrária do Território da Cidadania Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte, Brasil. Foi utilizada a técnica de grupos focais, como ferramenta de investigação qualitativa com pleno comprometimento com a perspectiva metacientífica compreensivista. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com entrevistas guiadas por um roteiro semiestruturado com lideranças territoriais, organizações executoras e beneficiários diretos de ações de ATER realizadas pela EMATER e pelo PDHC. Os resultados da pesquisa, após a análise das estruturas distintas de ATER, revelam a necessidade no sentido de melhorar os serviços de ATER, considerando projetos experimentais como o PDHC, condizentes com os saberes locais dos agricultores familiares.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Política Pública; Sustentabilidade; Território.

ABSTRACT

The objective is to analyze characteristic aspects of different structures of Agricultural Extension (ATER), represented by the Institute of Agricultural Extension (EMATER-RN), and by the Dom Helder Câmara Project (PDHC) in agrarian reform settlements in the Territory of Citizenship Sertão do Apodi, in state of the Rio Grande do Norte, Brazil. The focus group technique was applied, as a qualitative research tool with full commitment to the comprehensive meta-scientific perspective. This is a qualitative research

with interviews guided by a semi-structured script with territorial leaders, implementing organizations and direct beneficiaries of ATER actions carried out by EMATER and DHCP. The research results, after analyzing the different structures of ATER, reveal the need to improve ATER services, considering experimental projects such as DHCP, consistent with the local knowledge of family farmers.

Keywords: Family Farming; Public Policy; Sustainability; Territory.

1 INTRODUÇÃO

Os registros iniciais dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil aparecem na década de 1940, mais precisamente do ano de 1948 com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no estado de Minas Gerais, por influência de empresas privadas norte-americanas, a exemplo do grupo Rockefeller. O argumento era a de contribuir para com o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida de famílias que desenvolviam atividades econômicas no meio rural brasileiro. Apesar de surgir no país apenas no final dos anos 1940, de acordo com Caporal (2018), os serviços do hoje se entendem como ATER existem há bem mais tempo, quando do intercâmbio de conhecimentos realizado por relações interculturais, e que com o advento da agricultura surgiram também as técnicas e as mais variadas habilidades desenvolvidas pelo homem. A geração e a troca de conhecimentos existentes entre esses últimos apesar de não serem denominadas de “extensão” à época, viria mais tardiamente a ser.

A primeira instituição de ATER no Brasil foi a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), no estado de Minas Gerais, e logo após a sua criação houve a expansão para os demais estados. Com a expansão das ACARs instituiu-se um serviço de ATER efetivo no país pela ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, que reunia todas as demais entidades estaduais que mais à frente se transformaria na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), e reuniria todas as ACARs denominadas mais à frente de EMATER – Instituição Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Com a extinção da EMBRATER nos anos 1990, surge a necessidade da redefinição dos serviços de ATER pública do país, o que levou a criação da Política

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) no ano de 2003, a sua implementação a partir de 2004 e institucionalização em 2010, através da Lei 12.188/2010. No âmbito do Rio Grande do Norte, ações de ATER praticadas pela EMATER, são de caráter continuado e voltadas para a dinâmica socioeconômica do meio rural; e as praticadas pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), de ação não continuada e no sentido do desenvolvimento rural sustentável de áreas reformadas. Diante do exposto, a questão que se coloca é: considerando as ações no âmbito da agricultura familiar, quais os aspectos característicos da concepção de ATER desenvolvida pela EMATER, e da praticada pelo Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) com agricultores familiares da reforma agrária do território da Cidadania Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte?

Como pressuposto, acredita-se num esforço para a definitiva transição da concepção de ATER dita “convencional” e concebida no difusionismo tecnológico, para um extensionismo voltado para o desenvolvimento rural sustentável. Este é o novo contexto da PNATER, onde tanto a EMATER como o PDHC encaram desafios comuns a serem superados quando do desenvolvimento das ações de ATER na agricultura familiar das áreas de reforma agrária do Território da Cidadania Sertão do Apodi. Com isso, o presente trabalho analisou distintas concepções de ATER, com destaque para a atuação da EMATER e a perspectiva praticada pelo PDHC em assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais do Território da Cidadania Sertão do Apodi, RN, Brasil.

2 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ATER) E AGRICULTURA FAMILIAR: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Conforme Nunes *et al.* (2020a), os serviços de ATER datam no Brasil a partir dos anos 1940 por intermédio das universidades norte-americanas e por influência de Nelson Rockefeller no estado de Minas Gerais. De acordo com Peixoto (2008), a extensão rural pode ser conceituada de três formas: processo, instituição e política. Como processo,

pode ser compreendida como a ação de transmitir conhecimentos a partir da fonte geradora (extensionistas, universidades, etc.), sejam conhecimentos técnicos ou não ao receptor final (agricultor); quanto à instituição, a extensão rural pode ser entendida como organizações responsáveis pela disponibilização dos serviços de ATER nos estados; e quanto à política trata-se das políticas de ATER praticadas pelas três esferas públicas (União, estados e municípios) podendo ser disponibilizadas tanto pelas instituições públicas, como privadas (PEIXOTO, 2008).

Quanto à assistência técnica, sua conceituação se difere da extensão rural uma vez que não possui um caráter educacional e contínuo, visando apenas a resolução de problemas específicos e pontuais. Para Peixoto (2008), a extensão rural como processo utiliza-se de alguns métodos educacionais, sendo eles:

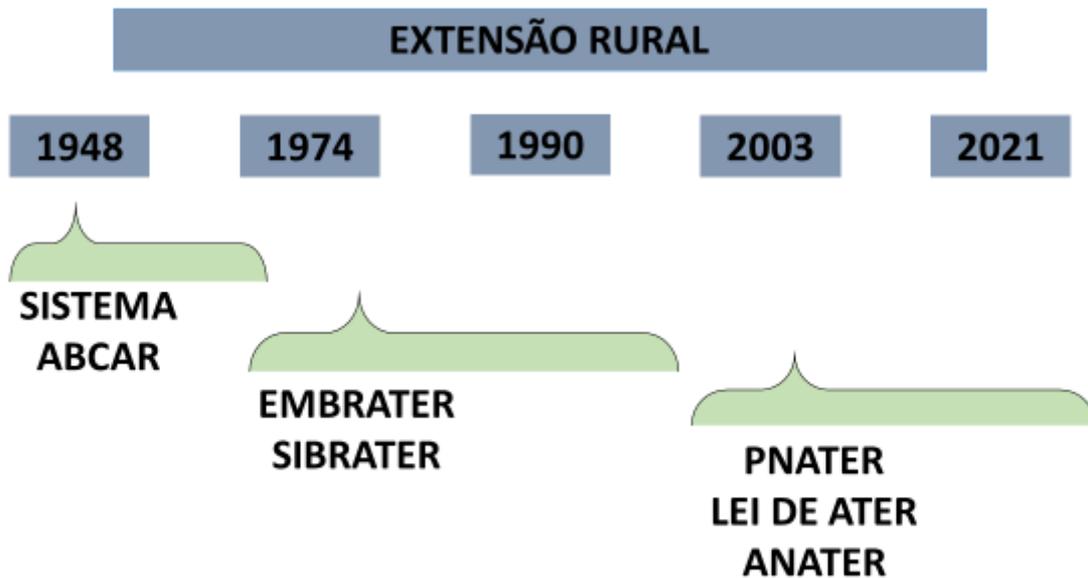
1. Individuais: visita técnica, contato pessoal, unidade de observação (experimento na propriedade rural);
2. Grupais: reunião (palestra ou encontro, conferência), demonstração prática (de técnicas ou métodos), demonstração de resultados (de alguma inovação), unidade demonstrativa, curso, excursão, dia de campo, dia especial, propriedade demonstrativa;
3. De massa: exposição ou feira, semana especial, concurso, campanha.

Os serviços de ATER a partir do modelo da ACAR de Minas Gerais foram ampliados e expandidos para os demais estados do país e, segundo Castro e Pereira (2017), isto resultou na criação de um serviço público de ATER, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), de caráter privado, que reuniu em torno dela todas as ACARs. Dessa forma, devido à essa expansão em 1975 foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER). A partir desse momento, a ABCAR foi incorporada pela EMBRATER, e as ACARs (instituições estaduais de ATER) passaram a ser chamadas de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATERs), e sob o pleno controle da EMBRATER (CASTRO e PEREIRA, 2017).

Com a crise fiscal da dívida dos anos de 1980, houve um desmonte na base governamental e vários setores sofreram interferências, e com a EMBRATER não foi diferente. A partir da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, o governo federal autorizou a extinção ou a transformação do sistema EMBRATER e, conforme Medeiros et al. (2021), os agricultores familiares que já estavam à margem do processo de modernização passaram

a ser ainda mais prejudicados, uma vez que os grandes produtores sempre tiveram maior facilidade para contatar serviços privados de ATER. Durante décadas as ações possuíam um caráter difusionista, quando as reais necessidades dos agricultores não eram consideradas e esses eram meros depositários de pacotes tecnológicos, muitas vezes inadequados as suas reais necessidades. A partir dos anos 2000, conforme Caporal e Ramos (2018); e Nunes et al. (2020b), aconteceram discussões para uma nova ATER pública, que trouxesse o apelo sustentável do desenvolvimento rural, que adotasse um caráter sistêmico e multidisciplinar, e que utilizasse métodos mais participativos e padrão tecnológico baseado na Agroecologia. Foi nesse contexto que no ano de 2003 a PNATER foi criada, sendo a atual e a mais recente das concepções de ATER no Brasil (Figura 1).

Figura 1 – Períodos com evolução das concepções de ATER no Brasil



Fonte: Elaboração dos autores, 2019.

De acordo com Lamarche (1993), em praticamente todos os países do mundo em que as relações do mercado organizam os circuitos das trocas, a produção agrícola é muitas vezes garantida, em maior ou menor grau, por explorações com a participação direta da família no processo da produção. Considerando a

realidade do meio rural brasileiro, contribuições a exemplo das de Lamarche (1993) e de Ploeg (2008) refletem para um ambiente em que os debates acadêmicos, as políticas públicas e as organizações coletivas de trabalhadores rurais generalizam o uso do termo agricultura familiar, entendida muitas vezes como unidade de produção agrária em que propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família. Assim, diferencia-se a organização produtiva da agricultura de duas formas: a agricultura familiar uma forma de produção que predomina a interação entre gestão e trabalho, sendo dos agricultores familiares a gestão do processo produtivo, dando ênfase na diversificação e uso do trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado; e a agricultura patronal, na qual a mão-de-obra contratada empregada na propriedade supera a familiar (PEIXOTO, 2008).

Os serviços de ATER são de muita importância para a agricultura familiar, visto que muitas vezes o único contato que estes possuem com os extensionistas e profissionais da área das agrárias é através desses serviços.

No processo de venda desses produtos, os profissionais dessas empresas são treinados para ensinar os agricultores a utilizarem os produtos comercializados. Questões como quando aplicar o produto, forma de aplicação, dose a ser aplicada, entre outras, são respondidas por esses profissionais. Assim, de certo modo, eles prestam assistência técnica abrangente com relação a algumas das operações mais importantes do ciclo de produção agrícola, como adubação, semeadura e controle fitossanitário (CASTRO e PEREIRA, 2017).

Um segundo fator, entre vários outros que sugerem determinada influência e de forma negativa no desempenho das ações de ATER para a agricultura familiar e suas organizações coletivas, é a expressiva baixa escolaridade dos agricultores familiares. Para Castro e Pereira (2017):

De acordo com o IBGE (2009), no Nordeste, 90% dos produtores possuem escolaridade inferior ao ensino fundamental (incluindo os analfabetos ou os semianalfabetos), menos de 5% possui ensino médio ou técnico e apenas cerca de 1% possui ensino superior. Essa baixa qualificação da mão de obra se refletiu em não adoção de tecnologias, não utilização de cuidados culturais ou em uso de práticas incorretas no processo produtivo, perdas na produção e baixos rendimentos na medida em que os agricultores se viam impossibilitados de adotar inovações tecnológicas disponíveis.

A importância das ações de ATER pode estar em função da possibilidade de aumento do desempenho e melhores níveis de produtividade e de renda, assim como na melhoria das condições de vida dos agricultores e suas famílias (CAPORAL e RAMOS, 2019). E, para Nunes et al. (2020a), um processo contínuo de qualificação e de aprendizado com a participação em formas de organização coletiva, especialmente cooperativas, tende ao surgimento de inovações e torna os agricultores familiares mais preparados para desafios no sentido de agregar valor e construir mercados.

De acordo com Caporal e Ramos (2016), o início dos serviços de ATER no Brasil trazia a concepção difusionista que se inspirava significativamente na ênfase do behaviorismo, um método de análise para o controle do comportamento de animais, em que muitos defendiam que este mesmo método poderia ser utilizado nos seres humanos. Quanto ao enfoque behaviorista cabe observar que estímulo e resposta estão associados ao contexto social e ao comportamento das pessoas, e que elas tendem a responder a estímulos particulares. Para Caporal e Ramos (2016), o intuito foi o de internalizar o enfoque behaviorista na concepção difusionista, como forma de obtenção de respostas positivas por parte dos agricultores familiares, quando da decisão de aderirem aos pacotes tecnológicos de explicações exógenas.

A concepção difusionista para Nunes *et al.* (2020a), inspirada no behaviorismo e caracterizada por orientar as ações de ATER “de cima”, muitas vezes desconsiderava a cultura e a capacidade coletiva dos agricultores familiares, além de fazer destes simples receptores das tecnologias externas introduzidas nas suas propriedades. No entanto, a partir de 2003 é empreendido um esforço da transição da difusão com mais participação, através de uma concepção mais extensionista que conduziu a relação técnico-agricultor no movimento “de baixo”, considerando as necessidades e demandas dos agricultores familiares.

Essa nova concepção de ATER internalizada pela PNATER, traz a orientação para o desenvolvimento rural com ênfase local e ação comunitária. Nesse método,

a sabedoria dos agricultores familiares deve ser considerada, permitindo a leitura da realidade por parte dos envolvidos nas decisões do padrão tecnológico (extensionistas, agricultores, pesquisadores, etc.). A nova concepção de ATER valoriza a cultura e identidades territoriais, conforme Ploeg (2008) e Nunes *et al.* (2019), e preconiza o desenvolvimento rural através de padrão tecnológico baseado na segurança alimentar e nos princípios da agroecologia e da sustentabilidade.

2.1 O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN)

Segundo Nunes et al. (2020b), os serviços de ATER surgiram no Rio Grande do Norte em 1955, através da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), inicialmente nos municípios de Santa Cruz, São Tomé, São Paulo do Potengi e Currais Novos. As ações de ATER tinham como coordenação a ANCAR regional sediada em Recife, estado de Pernambuco, e visavam promover o desenvolvimento socioeconômico do meio rural potiguar.

Para Nunes et al. (2020a), na década de 1950, mais precisamente em 1958, firmou-se a primeira conciliação da ANCAR com o Governo do Rio Grande do Norte para facilitar a execução dos trabalhos, até então coordenados à distância pela ANCAR regional em Recife, que ditava as decisões e orientações. Segundo a EMATER (2020), em 1963 os Serviços de Extensão Rural no Rio Grande do Norte contavam com 10 escritórios locais, 14 técnicos e 16 funcionários administrativos, que eram coordenados em nível nacional pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural - ABCAR, que existiu até:

O trabalho desenvolvido tinha como lema “ajudar o homem do campo a ajudar a si mesmo”. O objetivo da entidade era desenvolver um trabalho cooperativo, baseado em princípios educacionais, na busca do aprendizado na agricultura, pecuária e economia doméstica. Envolvia lideranças, grupos de produtores, atividades com jovens rurais, através dos clubes “4S” (saber, sentir, saúde e servir) e de mini postos de saúde, que contribuíram para o desenvolvimento das comunidades rurais (EMATER, 2020).

Já em 1971, instituiu-se o convênio entre a ABCAR e o Banco do Brasil, transformando o crédito rural supervisionado em crédito rural orientado. Em 1975 a ANCAR foi extinta e instituída a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RN), esta última vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura (SAG). Nos anos 1990, a EMBRATER foi extinta, e as ações de ATER realizadas pela EMATER/RN se tornaram inviáveis devido à redução de recursos para sua manutenção (NUNES; SILVA; SÁ, 2020b).

Já em 5 de outubro de 1993, a EMATER-RN passou a se chamar Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (INATERN), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca (SAPE). Com isso, obteve competência para planejar e executar os serviços de ATER no Rio Grande do Norte, em atividades voltadas para a agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, bem como na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente, capacitação técnica dos agricultores familiares. Desde 1995, o INATERN passou a se chamar EMATER-RN, e sua estrutura de funcionamento é encontrada em dez regionais: Mossoró, Assú, João Câmara, Pau dos Ferros, Umarizal, Caicó, Currais Novos, Santa Cruz, São Paulo do Potengi e São José de Mipibu (Figura 2).

Figura 2 – Mapa das Regionais da EMATER no Rio Grande do Norte.



Fonte: Site da EMATER/RN, 2016.

Para Nunes *et al.* (2020a), a EMATER iniciou suas ações de ATER apoiada na perspectiva difusionista, da relação técnico-agricultor em que muitas vezes o conhecimento do técnico se sobrepunha ao do agricultor. Porém, são reconhecidos os esforços para a concepção mais extensionista da relação técnico-agricultor, em que são consideradas a sabedoria e a cultura do agricultor, sugerida pela PNATER.

2.2 O Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) e a política territorial

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável para os Assentamentos da Reforma Agrária do Semiárido do Nordeste, ou Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) é fruto do acordo de empréstimo internacional firmado entre o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Constitui um arranjo para a realização de ações complementares à reforma agrária e a agricultura familiar do Nordeste brasileiro, tendo sido implantado por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA) (PDHC, 2013).

O Acordo de Empréstimo Nº 494-BR celebrado entre o governo brasileiro e a FIDA foi assinado em 2000, com início das atividades no final de 2002. O prazo de encerramento do PDHC estava previsto para dezembro de 2010, porém, foi tendo prorrogações com contratos de Assessoria Técnica Permanente (ATP), com acordos firmados em 2013 e o último, o do Bioágua Familiar, no ano de 2015 (ULS, 2016).

A abrangência geral do PDHC alcança 77 municípios em oito territórios do Nordeste: São João do Piauí (PI), Sertão Central (CE), Sertão dos Inhamuns (CE), Sertão do Apodi (RN), Cariri Paraibano (PB), Sertão do Pajeú (PE), Sertão do Araripe (PE) e Sertão Sergipano (SE) (PDHC, 2008) (Figura 3). Trata-se de um projeto governamental vinculado a SDT/MDA, executado por Organizações da Sociedade Civil (ONGs Parceiras de Execução Direta - PEDs) (PDHC, 2005).

Figura 3 – Recorte dos territórios da Cidadania com ação do PDHC na região Nordeste do Brasil.



Fonte: Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), 2008.

O PDHC foi criado, conforme Nunes et al. (2018), para realizar ações de ATER sob concepção mais extensionista da PNATER, em que a extensão rural deve contribuir com dinâmicas de desenvolvimento rural, enfatizando uma perspectiva sistêmica e multidisciplinar, utilizando métodos participativos na construção de paradigma tecnológico baseado na agroecologia, na segurança alimentar e na sustentabilidade. A orientação para o arranjo do PDHC se opõe ao caráter histórico da extensão rural que, inspirada em Hayami e Ruttan (1985), se apoiou na concepção da difusão de inovações e da transferência de tecnologia da modernização agrícola.

Outra sugestão da PNATER internalizada nas ações de ATER do PDHC, aqui remetendo a Ploeg (2008) e Nunes *et al* (2015), é a de melhorias na gestão social, tendo em vista a necessidade de estratégias em que a agricultura familiar esteja integrada à agroindústria de pequeno porte e coordenada por cooperativas, especialmente para a agregação de valor e para a construção de mercados. As ações de ATER praticadas pelo PDHC buscam estimular o esforço dos agricultores da reforma agrária no sentido de romper o caráter setorial da agricultura familiar. O intuito é reforçar a sua diversificação estruturando sistemas agroalimentares localizados, a exemplo dos quintais produtivos, como garantia da segurança alimentar, prática da agroecologia e a venda nos mercados locais e regionais. Assim, para Nunes *et al.* (2015; 2018), o PDHC tenta qualificar agricultores da reforma agrária para a construção de regimes alimentares¹ locais, alternativos aos regimes alimentares globais, em dinâmicas de desenvolvimento rural.

A gestão institucional do PDHC é atribuição da Unidade Gerencial (UGP) com sede em Recife, e a gestão em cada estado é realizada pelo Colegiado Territorial, recorte definido pela SDT/MDA, conforme Nunes *et al.* (2019), constituído por representantes de cada assentamento de reforma agrária vinculado ao projeto, e

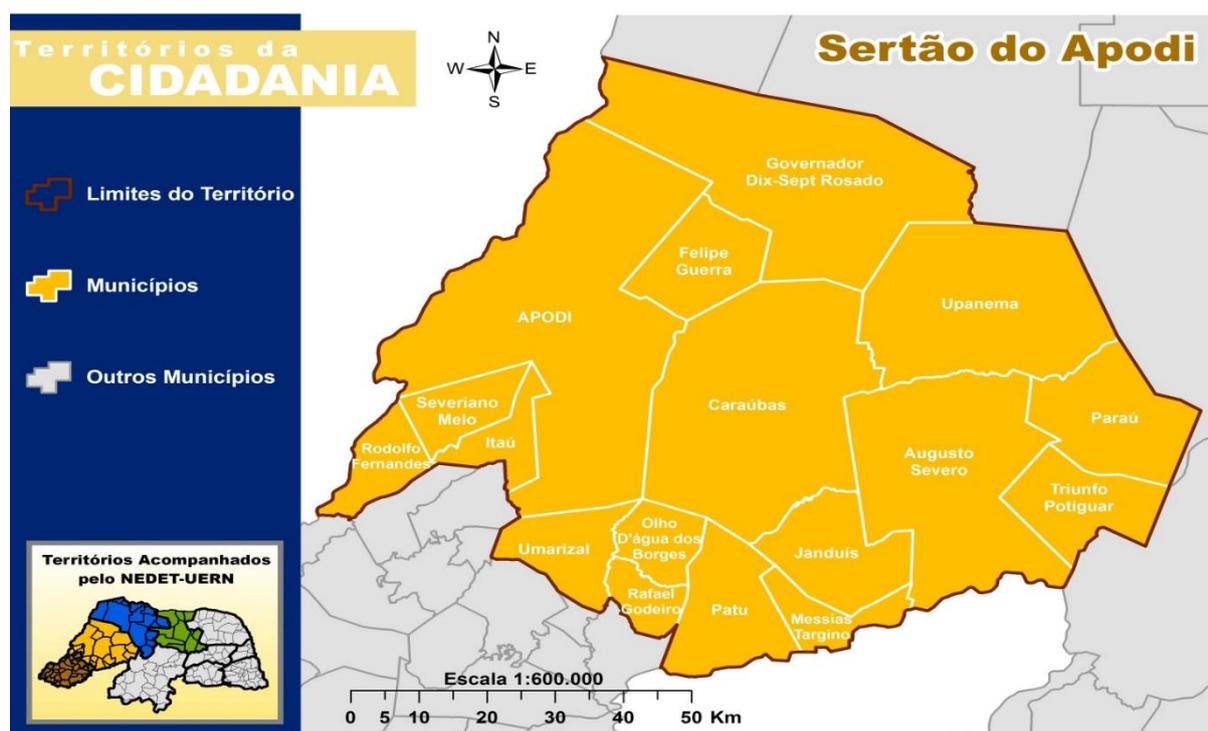
¹ Para McMichael (2013); Friedmann (2016), quanto aos regimes alimentares predominantes, o primeiro regime “*colonial*” abrange o período de 1870 a 1914, o segundo regime “*mercantil-industrial*” compõe de 1947 a 1973, e por fim, o terceiro regime, o “*corporativo*” que inicia a sua hegemonia no final da década de 1980, a partir do processo da globalização, e que vem até os dias atuais.

o supervisor local do PDHC. As ações de ATER estabelecidas para o PDHC inicialmente pretendiam “aumentar a participação das famílias beneficiárias nos mercados locais e melhorar a gestão sustentável das suas atividades produtivas”, ampliando cada vez mais as oportunidades para as mulheres rurais (FIDA, 2007).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A localização em que a pesquisa foi realizada atende ao recorte territorial definido pela SDT/MDA e abrange os dez municípios que formam o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), e que fazem parte dos dezessete municípios que constituem o Território da Cidadania Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. O Território da Cidadania Sertão do Apodi é constituído por dezessete municípios, a saber: Apodi, Campo Grande, Itaú, Janduís, Rodolfo Fernandes, Umarizal, Caraúbas, Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Messias Targino, Olho-D`água dos Borges, Paraú, Patu, Rafael Godeiro, Severiano Melo, Triunfo Potiguar e Upanema (Figura 4) (PTDRS, 2010).

Figura 4 – Recorte do Território da Cidadania Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte



Fonte: Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET/UERN, 2016)

De acordo com Nunes *et al.* (2015), esse recorte contribuiu para afirmar ainda mais a caracterização geográfica da política territorial brasileira a partir de 2008, com a criação do Programa Territórios da Cidadania (PTC), da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do então Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Cabe ressaltar que o PDHC teve a definição do seu recorte, ou a sua área de atuação, ainda no ano 2000. Este recorte do PDHC é anterior e o responsável pela definição, no ano de 2003, da área de abrangência do Território da Cidadania Sertão do Apodi, com a inclusão dos municípios de Campo Grande, Janduís, Rafael Godeiro e Olho D'água do Borges como áreas diretamente atendidas pelo Projeto Dom Helder Câmara (ULS, 2016).

O recorte territorial do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) é constituído por dez municípios, a saber: Apodi, Caraúbas, Governador DixSept Rosado, Upanema, Umarizal, Rafael Godeiro, Olho D'água do Borges, Felipe Guerra, Campo Grande e Janduís, (Figura 5).

Figura 5 – Recorte do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), no Rio Grande do Norte.



Fonte: Fonte: Projeto Dom Helder Câmara (PDHC), 2008.

A metodologia para a pesquisa contou com análise documental, acessando os acervos da EMATER e do PDHC, e utilizou a técnica de grupos focais como forma de investigação qualitativa, a qual vem ocupando no meio científico uma significativa aceitação. Porém, segundo Veiga & Gondim (2001), isso não dar garantias de que a sua utilização esteja atrelada à perspectiva metacientífica qualitativa, pois esforços têm sido realizados para ajustá-la às exigências de um sistema preestabelecido que disciplina e cria leis para a compreensão de um evento, situação ou objeto. Essa abordagem segue um conjunto de regras gerais e busca o coletivismo metodológico.

Quanto às ferramentas de comunicação, foram realizadas entrevistas guiadas por roteiro semiestruturado com atores territoriais, entidades de execução e agricultores familiares beneficiários das ações de ATER praticadas tanto pela EMATER como pelo PDHC. De acordo com Morgan (1996), os grupos focais consistem numa técnica de coleta de informações que é realizada através das interações grupais no momento em que é discutido um tema especial apresentado pelo pesquisador. Como técnica, conforme Veiga e Gondim (2001), os grupos focais estão numa posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas realizadas em profundidade, e pode ser um recurso para entender como as percepções são construídas por meio das atitudes e representações dos grupos (GONDIM, 2003, p. 3).

A pesquisa foi desenvolvida entre agosto de 2015 até novembro de 2016, e as informações foram obtidas por meio de entrevistas a 64 atores, considerando três grupos: i) o grupo 1 composto por instituições que conhecem as duas experiências, incluído as ONGs e Colegiado Territorial; ii) o grupo 2 com agricultores familiares diretamente ligados ao PDHC e membros do PDHC; e iii) o grupo 3 por agricultores familiares que não foram atendidos pelo PDHC, mas que foram atendidos pelos técnicos da EMATER. Os 64 atores abordados pela pesquisa

estão codificados, onde no código do entrevistado é acrescentado um número de ordem de acordo com a quantidade dos entrevistados (Quadro 1).

Quadro 01 – Apresentação dos grupos, categorias, número e código dos entrevistados

Grupo	Categoria	Nº Entrevistados	Código do Entrevistado
Grupo 1	Prefeituras Municipais	10	Entrevistado-PM
	Sindicatos Municipais	10	Entrevistado-SM
	ONG's Executoras	10	Entrevistado-OE
Subtotal		30	
Grupo 2	Representantes PDHC	02	Entrevistado-RP
	Representantes de Associação	10	Entrevistado-RA
	Agricultores PDHC	10	Entrevistado-AP
Subtotal		22	
Grupo 3	Agricultores EMATER	10	Entrevistado-AE
	Técnicos da EMATER	02	Entrevistado-TE
Subtotal		12	
TOTAL		64	

Fonte: Pesquisa de campo (2016). Elaboração dos autores.

Tanto a EMATER, quanto o Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) atuam nos 10 dos 17 municípios que compõem o Território da Cidadania Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte: Apodi, Caraúbas, Governador Dix Sept Rosado, Upanema, Umarizal, Rafael Godeiro, Olho D'água do Borges, Felipe Guerra, Campo Grande e Janduís, tendo no município de Apodi a Unidade Local de Supervisão (ULS).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A perspectiva regional do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER)

A EMATER-RN sempre atuou junto aos agricultores familiares, com ações nos 167 municípios que correspondem a todo o território estadual, desenvolvendo programas,

projetos e políticas públicas no atendimento a 2.140 comunidades rurais, assistindo 58.742 famílias de agricultores, através de 1 escritório central, 10 unidades regionais, 3 centros de treinamento e 156 unidades Locais. A partir de 2010, com a PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), a EMATER, cujas ações de ATER foram historicamente orientadas para concepção difusionista, vem se praticando a concepção mais extensionista sugerida pela PNATER (EMATER, 2020).

Documentos das regionais obtidos para a pesquisa revelam que a atuação da EMATER no Território da Cidadania Sertão do Apodi se encontra dividida em três regionais (Mossoró, Açu e Umarizal), que seguem um recorte diferente e anterior à estabelecida no recorte territorial da SDT/MDA. De acordo com servidores das regionais, em entrevistas nos escritórios de Umarizal e Caraúbas, as principais ações da EMATER no território estão ligadas a programas e/ou projetos. São rotinas burocráticas, como a emissão de Declaração de Aptidão (DAP), de vacinação do rebanho, de Guia de Trânsito Animal (GTA), vistorias de inspeção no Garantia Safra, projetos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), além de laudos de prorrogação de parcelas, distribuição de sementes, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), modalidade Compra Direta (CD), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Conforme informações das regionais, no período de 2012 a 2014 alguns escritórios locais da EMATER participaram da Chamada Pública SAF/ATER N° 010/2012, orientando agricultores familiares em áreas rurais, onde o objetivo era assegurar o acesso aos serviços de ATER pública em quantidade suficiente. As ações eram realizadas através de visitas individuais, com prestação do serviço de ATER diretamente ao agricultor familiar, e atividades coletivas, com a realização de reuniões, cursos, oficinas e dias de campo. Os temas sempre predominaram no sentido da estruturação de sistemas agroalimentares sustentáveis baseados na agroecologia, ou seja, os

quintais produtivos agroecológicos². Através do convênio Nº. 795118/2013-MAPA/EMATER, os escritórios da EMATER passaram a realizar serviços de ATER para médios produtores situados nos demais municípios do Rio Grande do Norte. A observação e caracterização destes programas constata uma concepção global para todas as regiões, cabendo a EMATER um contínuo ajuste nas ações de ATER no sentido de considerar a percepção dos agricultores familiares e permitir a leitura desses agricultores da sua realidade específica.

Técnicos dos escritórios de Caraúbas e Umarizal destacam dificuldades de funcionamento, apontando que os maiores desafios da EMATER estão ligados ao custeio institucional para aquisição de material de expediente, veículos e, sobretudo com o baixo quantitativo de pessoal, sendo necessário fazer contratos temporários para se ter pelo menos um profissional em cada escritório municipal, estes que em algumas situações funcionam em prédios cedidos ou alugados:

Cerca de 90% do atendimento disponibilizado acontece por demanda, ou seja, o agricultor se desloca até um escritório local em busca de atendimento para elaboração de projetos ou emissão de documentos. Os outros 10% surgem de acordo com as aptidões e conhecimento de cada técnico que oferece seus serviços, ou através do acompanhamento aos agricultores envolvidos em algum projeto específico. (...) embora existam vários programas mencionados acima, as visitas quando acontecem, visam essencialmente à emissão de DAP, que representa a porta de entrada para uma série de outras políticas públicas (Entrevistado-TE2).

O Entrevistado TE2 também mencionou que os investimentos e capacitações estão diretamente ligados aos programas executados pela EMATER, de acordo com as limitações dos mesmos e diz acreditar que as ações de ATER praticadas pela EMATER têm contribuído para a melhoria das condições de vida das famílias. Apesar do reduzido número de visitas de campo, inclusive durante a execução dos programas e causado, sobretudo, pela falta de recursos humanos, os serviços de ATER são

² O quintal Produtivo Agroecológico consiste num sistema agroalimentar adensado e com grande diversidade de culturas agrícolas, estruturado muitas vezes em torno da residência do agricultor familiar. Possui uma variedade com mais de 10 tipos de frutíferas (pomar), de hortaliças (hortas) e essências florestais e sementes de plantas medicinais, além da criação de pequenos animais (galinhas, porcos, caprinos e ovinos, etc.), para o fornecimento de ovos, carne, leite, entre outros produtos. Este sistema funciona de forma integrada, com a produção própria de adubo orgânico (esterco) e orientado para utilizar defensivos e fertilizantes naturais.

minimamente cumpridos. Embora a relação técnico-família estabelecida a nível documental seja de 80 famílias para um técnico, muitos escritórios contam apenas com um profissional para atender a todo um município, o que corrobora com dados do Censo Agropecuário de 2017 que apresentam muito baixa a abrangência do atendimento dos serviços de ATER ao universo de agricultores familiares (IBGE, 2019).

O Entrevistado TE1 acrescenta que: “a nossa formação profissional, é predominantemente voltada para as ciências agrárias, onde os técnicos ainda executam um papel generalista em razão da carência de equipes multidisciplinares”. Assim, segundo estes técnicos, eles não conseguem atender a todos os seguimentos das famílias rurais, nem oportunizar o atendimento para áreas ligadas ao social, de organização coletiva, gênero, geração ou áreas que necessitem de outras especialidades, limitando o atendimento, convergindo com o discurso proposto por Silva *et al.* (2017), que expressam a dificuldade de encontrar profissionais com as qualificações e o tipo de educação requerida para a ATER.

Os agricultores entrevistados nos municípios na categoria AE descreveram que os serviços de ATER deveriam apoiar o agricultor familiar e ajudar nas suas necessidades no campo, demonstrando entendimento sobre o assunto e sobre o tema abordado. Embora estes participem de programas ligados à EMATER e reconheçam a sua importância em ações como emissão de DAP, garantia safra e entrega de sementes, as falas registram insatisfação pela ausência do técnico no campo e pelos poucos serviços ofertados. Essa situação reflete, segundo Caporal e Ramos (2018); e Nunes *et al.* (2020b), o ambiente de uma agricultura familiar frágil onde os serviços de ATER se deparam muitas vezes com a ausência e deficiência de infraestrutura de produção econômica e de organização. Neste ambiente, agricultores familiares geralmente se apresentam desorganizados coletivamente, sem acesso a fontes de crédito, desqualificados tecnicamente, e desenvolvem atividades baseadas em estruturas precárias.

Alguns agricultores participantes de projetos se dizem satisfeitos em receber os serviços de ATER, porém mencionam que não escolheram a atividade produtiva e que o projeto não beneficia todas as famílias da sua comunidade, sendo apenas para

agricultores selecionados, como é o caso do projeto do maracujá que beneficia o Entrevistado-AE5, que por sua vez destacou:

Não é a primeira vez que participo de projetos com a EMATER e sempre que participo recebo um bom atendimento. Eles vêm aqui quando é necessário e me esclarecem o que preciso saber para tocar meu projeto. Não tenho do que reclamar, também nunca tive outra assessoria técnica na minha Comunidade (...), mas me dou por satisfeita, pois o serviço é de graça e não vai se acabar como outras assistências por aí... é o que tenho de certo, e sei onde ir buscar (Entrevistado-AE5).

Este projeto mencionado visa viabilizar a cultura do maracujá como alternativa de renda para os agricultores familiares, pois esta cultura pode se adaptar ao semiárido e em quintais agroflorestais produtivos, desde que possam ser feitas pequenas irrigações. As famílias envolvidas são de seis municípios da região, com aproximadamente 15 famílias diretamente assistidas (EMATER-RN, 2016).

Para os Entrevistados da categoria SR, embora tenha por base a concepção extensionista da PNATER, o tipo de serviço de ATER realizado pela EMATER ainda encontra dificuldades para atender a demanda dos agricultores familiares. Para o entrevistado, além de problemas estruturais e de quantitativo de pessoal, existem ações que pouco consideram a cultura e as especificidades locais, e não expressam a importância devida ao agricultor familiar e sua capacidade coletiva. Na realização das ações disponibilizam poucos recursos e não atentam para questões como a produção agroecológica, nem para a possibilidade de integrar a agricultura à agroindústria de pequeno porte, nem estimula para a organização coletiva nem para mercados no âmbito da agricultura familiar. Ainda acrescentam que os serviços de ATER são incipientes e que muitos profissionais ainda trabalham na perspectiva burocrática e formal, e com políticas pensadas para o grande produtor, o que condiz com o contexto apresentado por Sidersky *et al.* (2010) e Nunes *et al.* (2018), ao fazerem referência ao cenário da agricultura familiar no Nordeste. O Entrevistado-PM9 reforça que: "(...) a nossa situação é até privilegiada (...) tem escritório e técnico lá na EMATER, mas falta muita coisa ainda e o atendimento é insuficiente (...), e o que eu acho pior é não atender toda a família" (Entrevistado-PM9).

No geral os entrevistados ligados ao poder público (categoria PM) apontam as mesmas dificuldades relatadas pelas demais categorias, porém ressaltam a instituição

como parceira importante na realização de atividades rurais, essenciais para o município e destacam a boa relação da EMATER, sobretudo com Secretarias de Agricultura na emissão de documentos e demandas de projetos pontuais.

4.2 A dinâmica de diversificação do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)

Segundo a Supervisão Local, nos dez municípios de sua atuação, o PDHC realizou ações diretas em 60 áreas de reforma agrária e comunidades rurais atuando com 2.332 famílias diretamente. O arranjo do PDHC é constituído por dez Organizações da Sociedade Civil, responsáveis pelas ações de ATER denominadas Assessoria Técnica Permanente (ATP) são: Assessoria, Consultoria e Capacitação Técnica Orientada Sustentável (ATOS); Diaconia; Centro Padre Pedro Neefs; Centro Pedra de Abelha; Cooperativa Terra Livre; Núcleo Sertão Verde; Centro de Assessoria as Comunidades Rurais e Urbanas (CEACRU); Cooperativa de Assessoria e Serviços Múltiplos ao Desenvolvimento Rural (COOPERVIDA); Centro Terra Viva; e o Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC).

O contrato com essas ONGs formou, em sua totalidade, um quadro de 24 profissionais para atender as 2.332 famílias no ano de 2013, configurando-se assim uma média de aproximadamente 98 famílias para cada técnico (POA, 2013). Com base nos relatórios analisados, a partir da realização do planejamento nos assentamentos e demais comunidades, as ONGs elaboram o Plano Operativo Anual (POA), que após aprovação na Plenária do Colegiado Territorial dá origem aos contratos com as parceiras. Esses contratos, preveem ações de ATER para os agricultores familiares, como capacitação e intercâmbios, e acesso a crédito, através dos projetos com as Unidades Demonstrativas (UD's) e do Fundo de Investimento Social e Produtivo (FISP). A finalidade é a de apoiar iniciativas sociais e produtivas sustentáveis das comunidades atendidas, projetos de recursos hídricos e reforçar a ação coletiva de organizações dos agricultores familiares, por meio de processos participativos de identificação, elaboração, execução e gestão de projetos coletivos.

Segundo as entrevistas dos grupos 1 e 2, 100% destes responderam aprovar a forma como são realizadas as ações de ATER pelo arranjo do PDHC nos assentamentos de reforma agrária e comunidades rurais, destacando para serviços prestados por equipes multidisciplinares, com ações e projetos voltados para toda a família, inclusive mulheres e jovens e por ter caráter permanente e ações voltadas para a convivência com o semiárido e considerando as suas especificidades.

O Entrevistado-OE1 ressalta que: “o PDHC trouxe um novo jeito de fazer extensão rural, através do diálogo com o agricultor e sua realidade (...) tudo foi construído e pensado coletivamente e não trouxe receitas prontas” (Entrevistado-OE1). Já para o Entrevistado-AP3 “o Dom Helder ajudou muito a gente aqui, ensinou coisas, mas perguntou a gente (...) antes eu só sabia produzir com veneno, agora não uso mais e ainda ganho com isso(...) vendo o que produzo na feira e é isso que tá me mantendo na roça” (Entrevistado-AP3).

As respostas desses grupos também destacaram que o PDHC contribuiu na formação de novas lideranças nos municípios, onde os agricultores familiares, jovens e mulheres passaram a ocupar espaços nas diretorias das associações, comissões, sindicatos e cargos públicos, contribuindo significativamente para a autoestima e em benefício das famílias. Também ajudou na estruturação das ações de ATER da sociedade civil, ao investir em capacitação sobre temáticas que tratam da convivência com o semiárido, dando mais qualidade aos técnicos de ONGs.

Ao levantar as fragilidades do PDHC, os entrevistados dos grupos foram categóricos apontando os seguintes fatores: 1) os valores destinados às entidades de ATER que inicialmente eram bons, permaneceram praticamente inalterados até o encerramento do PDHC, não acompanhando o crescimento salarial do país, fator apontado pelo grupo 1, bem explicado na fala do Entrevistado-OP3: “ No início o valor para a ATER era muito bom, mas os anos foram se passando e esses valores não acompanharam o aumento das coisas (...) o salário mínimo aumentou, o combustível subiu, o material de expediente também, e os recursos do PDHC não acompanharam, foi ficando defasado” (Entrevistado-OP3); 2) o projeto por ter caráter piloto não atendeu a totalidade dos assentamentos e comunidades do TSA (grupo 1 e grupo 2), tendo municípios com apenas uma ou duas áreas atendidas o que segundo o Entrevistado-PM8 disse que: “(...) é uma pena que um projeto tão bom tenha tido essa limitação (...) muitas outras comunidades gostariam de ter e precisavam

de um projeto assim” (Entrevistado-OP3). Já o Entrevistado-RC1 mencionou que: “outras comunidades mereciam ter também essa oportunidade de investimento e de assessoria técnica, na realidade outros municípios também deveriam ter esse direito” (Entrevistado-RC1).

O Entrevistado-PM8 ainda acrescentou que: “foi muito restrito aqui, só atendendo 30 famílias, hoje se tem pouca gente que conheça a atuação do projeto (...) e também a mudança nas pessoas do poder público que chegam e não se informam das coisas” (Entrevistado-OP3). 3) muitas entidades de ATER apresentavam mudanças constantes de profissionais em seu quadro técnico, quebrando a interação técnico-agricultor e poucos eram os veterinários dado o tamanho do efetivo animal das comunidades/assentamentos (grupo 1 e 2) e 4) o encerramento do projeto comprometeu a continuidade de algumas ações produtivas e afetou algumas organizações de agricultores, que ainda não estavam em um nível desejável de autonomia e também não absorveu outras comunidades, municípios e territórios no Estado (grupos 1 e 2). Para o Entrevistado-AP9: “aqui as coisas continuam a caminhar, continuamos a fazer o que a gente aprendeu, a produzir e a vender na feira, mas o pessoal (os técnicos) faz muita falta (...) é ruim ter algum problema e não ter a quem perguntar” (Entrevistado-AP9).

O Entrevistado-AP4 disse que:

“Muitos ainda não estavam preparados para a saída do projeto (...) a minha associação está sem presidente, a documentação atrasou, só os projetos que ainda estão caminhando e acho que porque no projeto cada um faz o seu e na associação precisa de mais apoio e de todo mundo (...) ainda não era a hora do projeto acabar” (Entrevistado-AP4).

Esta fala, assim como outras na mesma linha mostra que na questão da autonomia o PDHC, embora tenha contribuições, ainda deixou algumas lacunas em aberto. Para os grupos 1 e 3, a EMATER é vista como importante por atender necessidades daqueles que procuram os escritórios nos 10 municípios visitados no TSA, por ser um serviço público e permanente, destacando que existe boa vontade dos técnicos desses escritórios em atender o agricultor. Porém, o quantitativo de pessoas e a pouca estrutura operacional impedem qualquer tentativa de um trabalho mais efetivo, sobretudo no campo. Todos os

entrevistados do grupo 3 apontaram que o atendimento geralmente acontece nos escritórios e que os principais benefícios são a emissão de DAP/PRONAF, Seguro Safra, Declaração de Vacinas e Distribuição de Sementes, além de algumas ações do PAA e do PNAE. Para estes, em alguns escritórios falta material de expediente e insumos básicos para atender os agricultores, onde servidores chegam a dispor de recursos próprios em algumas situações para não deixar de realizar os serviços.

Embora os seus objetivos estejam de acordo com a concepção da PNATER, os dados apontam para uma distância para esses objetivos, sobretudo pelo trabalho generalista e tradicional, pela indisponibilidade de pessoal e pelo formato operacionalizador, com foco apenas em políticas governamentais, sem atender na totalidade à unidade familiar. Atualmente o que se tem nos municípios é, em média, dois técnicos para atender a demanda municipal (familiares de agricultores beneficiadas e que se enquadram nas normas do PRONAF), conforme quadro 2.

Quadro 02 - Quantitativo técnico por famílias beneficiadas e abrangência da EMATER em 10 municípios.

MUNICIPIOS	EMATER	
	Nº de Técnicos	Famílias beneficiadas**
Apodi	6	508
Campo Grande	1	195
Caraúbas	3	355
Felipe Guerra	1	101
Governador Dix-Sept Rosado	2	254
Janduis	1	63
Olho D'água do Borges	1	42
Rafael Godeiro	1	30
Umarizal	4*	85
Upanema	2	387
TOTAL	22	2.050
* escritório local e regional		
** todos os agricultores familiares que se enquadram nas normas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar		

Fonte: Regional da EMATER de Umarizal. Elaboração dos autores.

4.3 Perspectivas de ATER da EMATER e do PDHC: algumas comparações

Com relação às expectativas em relação aos serviços de ATER no tocante ao cumprimento de metas e prazos, 100% dos agricultores entrevistados se disseram satisfeitos com o trabalho desenvolvido pelo PDHC em suas áreas, afirmando que suas expectativas foram atendidas e que a execução das atividades aconteceu de acordo com o que foi planejado. Já para os agricultores que conhecem apenas o trabalho da EMATER, 50% mencionaram satisfação às expectativas com os serviços recebidos e os demais que este ainda deixou a desejar. Considerando todas as entrevistas, as visitas e a análise documental a pesquisa mostra o resumo com as características dessas duas distintas estruturas de ATER (Quadro 3).

Quadro 3 – Resumo com as características de ATER do PDHC e da EMATER

Item	PDHC	EMATER
Orientação base	PNATER	PNATER
Missão/objetivo	Fortalecer processos locais, participativos e solidários, de construção social do desenvolvimento humano sustentável das famílias agricultoras, em parceria com os demais sujeitos ligados direta ou indiretamente com esse desenvolvimento, na perspectiva da convivência com o semiárido, gerindo recursos sócio-políticos, ambientais, culturais, econômicos e tecnológicos nos territórios selecionados pelo Projeto.	Contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável.
Atendimento	Coletivo e individual	Individual e coletivo
Público	Agricultores familiares	Agricultores em geral
Relação técnico por família prevista e real	1/98 - 1/98	1/100 - 1/591
Abrangência	10 municípios do TSA	Estadual

Continua...

Quadro 3 – Conclusão

Quantidades de famílias atendidas nos 10 municípios do TSA	2.332	13.006 agricultores (Sistema CERES EMATER, 2016)
Quantidades de técnicos disponíveis	24	22
Atuação baseada	Na unidade familiar	Nos projetos (demanda)
Formação das equipes	Multidisciplinar	Agrárias
Concentração da ação	No campo	No escritório local
Periodicidade das visitas	Semanal ou por solicitação do agricultor	Bimestral ou por solicitação do agricultor
Execução	ONG's – Sociedade Civil	Governo – Efetivos e estagiários.
Estrutura disponível	Sede e estrutura das ONG's prestadoras de ATER	Sede Governamental ou cessão com parceiros locais
Monitoramento/controle	Planejamento e acompanhamento mensal (PMA), Fichas de Acompanhamento, controle dos beneficiários, Relatórios trimestrais, Sistema ATP, Comitê Territorial, Supervisão local e UGP.	Planejamento anual, Sistema CERES (alimentado por apenas 03 dos 10 municípios), não dispõe de ouvidoria.
Principais pontos positivos	A ATER ser realizada por equipes multidisciplinares, considerar a realidade e o saber local e ter base agroecológica.	Ser uma autarquia consolidada e permanente, sem tempo para acabar e estar presente em todos os municípios.
Principais pontos negativos	Ser uma estrutura não permanente de ATER, ter caráter experimental, descontinuidade do projeto, ter recursos limitados e rotatividade de técnicos.	Estrutura física, de pessoal e atividade de campo insuficientes, trabalhar só por programas, não atender toda a unidade familiar e ter pacotes prontos.
Prática de campo	Voltada para a agroecologia	Agricultura tradicional com possibilidade de conversão.

Fonte: Pesquisa de campo, 2016. Elaboração dos autores.

O quadro acima procura sintetizar de forma mais detalhada informações colhidas, levando a entender que a EMATER tem trajetória longa e consolidada, de continuidade, e uma contribuição significativa para a agricultura como um todo, sendo uma forma legal de organizar o serviço de extensão rural e, posteriormente, de ATER. Uma limitação é que com o passar dos anos e sem o direcionamento de recursos adequados, a EMATER ficou “desaparelhada”, sem

conseguir acompanhar os avanços de forma a ter uma sincronia maior com a orientação da PNATER.

Desta forma se tornou uma missão difícil realizar serviços de ATER com qualidade ao universo da agricultura do estado com a estrutura e os números já apresentados no quadro acima. Assim, observa-se que metodologias participativas e voltadas para a convivência com o semiárido, ainda não foram plenamente incorporadas pela EMATER. E as inovações que se percebe ao longo da pesquisa foram agregadas a instituição através de novos profissionais, oriundos de concursos públicos, onde alguns destes, de forma particular, trouxeram consigo uma formação diferenciada de perceber a ATER. A pesquisa ainda revela que o tamanho do alcance que a EMATER necessita possuir a prejudica no atendimento, pois a sua estrutura não está preparada para esse quantitativo de agricultores familiares.

O PDHC trouxe para dentro de sua formação o acúmulo das discussões do movimento sindical e social, além de alguns segmentos das universidades que contribuíram para a sua concepção e implantação. O método apresentado aos agricultores familiares tem uma sequência que parte das ações de intercâmbio seguidas de processos de formação e experimentação até o recurso e o apoio a organização e comercialização, tendo ainda a possibilidade de sistematizar e difundir cada experiência com uma metodologia prática, simples e aplicável.

Essa abordagem e as percepções dos beneficiários mostram a contribuição do PDHC às organizações e às associações, por apostar na ação coletiva, entendendo que também é possível trabalhar individualmente e desenvolver ações que embora isoladas contribuam para o todo. Um exemplo é o do trabalho desenvolvido num canteiro de hortas onde cada um pode fazer sua parte, sendo esta também uma inovação. Outra diferença, que embora já pudesse ter sido superada, está na formação das equipes, constante no depoimento do grupo 3, que deveriam ser multidisciplinares de forma a atender toda a unidade familiar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das informações da pesquisa, a análise foi a de expor aspectos característicos de distintas estruturas de ATER, as quais apresentam condições históricas, estruturais, discursivas e práticas completamente diferentes, e tais aspectos fazem com que possibilidades de cada experiência sejam distintas. Os serviços de ATER praticados pela EMATER e pelo PDHC, baseiam-se em orientações estabelecidas pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), apesar de adotarem metodologias diferenciadas e voltadas para o mesmo público: agricultores familiares de assentamentos rurais do Território da Cidadania Sertão do Apodi.

Com base nos dados, notou-se que a EMATER, como autarquia pública, apresenta trabalho mais voltado para a execução de programas governamentais, focado em demandas específicas, com profissionais generalistas. A sua estrutura demonstra deficiência e pouco pessoal para realizar um acompanhamento local as famílias, tendo sua ação mais concentrada nos escritórios locais das suas regionais, mas que possui um caráter continuado de suas atividades. Há a necessidade de melhoria dos serviços ofertados em sua metodologia, estrutura, quadro funcional e qualificação/capacitação técnica exigindo profissionais não somente da área das agrárias.

Quanto o PDHC, é um arranjo institucional constituído, de caráter experimental, e embora governamental é executado por dez organizações (ONGs) da sociedade civil de forma privada, cuja perspectiva é gerar e difundir referências que possam orientar políticas. Se caracteriza um instrumento que considera a autonomia e a cultura dos agricultores familiares e tendo como paradigma tecnológico a agroecologia. A perspectiva do PDHC tem a avaliação positiva dos entrevistados, sendo apontada como mais extensionista e alternativa que se opõe à concepção difusionista da modernização agrícola. Desenvolve as ações a partir do tripé – assessoria técnica – investimento e capacitação, visando o alcance de resultados positivos no aumento dos níveis de produtividade e na melhoria das condições de vida dos agricultores familiares. Embora ainda apresente pontos a serem melhorados, como a área de abrangência e os valores

orçamentários, o PDHC possui limitações por não ser um arranjo institucionalizado e de execução continuada.

Uma fragilidade identificada nesta pesquisa mostra que embora a experiência do PDHC tenha tido mais de 10 anos, muitos dos agricultores familiares não se encontravam preparados para a descontinuidade dos serviços de ATER. A ruptura do encerramento do PDHC causou o enfraquecimento de algumas ações em andamento, sobretudo na organização das associações, embora o mesmo impacto não tenha ficado tão evidenciado nas atividades produtivas que em sua maioria continuam a ser desenvolvidas pelas famílias. Uma explicação pode estar ligada ao fato de as ações produtivas dependerem muito da unidade familiar e a gestão da associação estar mais focada ao coletivo dos assentamentos e comunidades rurais.

Os serviços de ATER devem considerar toda a unidade familiar, suas tradições, capacidades e saber local, além de considerar a realidade e os recursos naturais e sociais envolvidos no campo. Um fato que ficou claro para a execução de uma política de ATER, é a realização de arranjos e parcerias para além dos assentamentos e comunidades, envolvendo todas as esferas, do local ao nacional, pois os êxitos da experiência do PDHC no Território da Cidadania Sertão do Apodi estão ligados a articulação institucional para a realização de ações. Ainda se constatou que o papel do técnico é fundamental na implantação das ações, não como transmissor de conhecimentos, mas numa relação mútua, de troca de saberes e informações, estabelecendo um diálogo entre teoria e prática.

Concluindo, os serviços de ATER são indispensáveis para a agricultura familiar e suas organizações coletivas, especialmente na busca e internalização de conhecimentos que se traduzam em dinâmicas promissoras de desenvolvimento, e transformem realidades para tornar o meio rural cada vez melhor. Com isso, estes serviços devem seguir na perspectiva de trocar conhecimentos através de uma ação educativa e participativa, de forma que o saber científico (extensionistas) dialogue com a sabedoria popular (agricultor) resultando em melhoria nas condições de vida no meio rural.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao CNPq, a CAPES e a FAPERN por recursos para pesquisa e bolsas.

REFERÊNCIAS

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da Extensão convencional à Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável**: enfrentar desafios para romper a inércia. Disponível em: <http://agroecologia.pbworks.com/f/Artigo-Caporal-Ladjane-Vers%C3%A3oFinal-ParaCircular-27-09-06.pdf>. Acesso em: 18 de set. 2018.

CASTRO, C. N. PEREIRA, C. N. Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e a Política Nacional de Ater. **Ipea**, Brasília, Texto para Discussão, n. 2343, 2017. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8114/1/td_2343.PDF. Acesso em: Acesso em: jan. 2020.

Ceres Cidadão – Sistema de Informação e Gerenciamento do Campo. Disponível em: <http://cerescidadao.rn.gov.br/>. Acesso em: 06 out. 2016.

EMATER - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte. Disponível em: www.emater.rn.gov.br. Acesso em: 06 out. 2016.

FRIEDMANN, H. Commentary: food regime analysis and agrarian questions: widening the conversation. **Journal of Peasant Studies**, v. 43, n. 3, p. 671-692, 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2016.1146254>. Acesso em: 25 de dez de 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONDIM, S. M. G. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **paidéia**, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2002000300004>. Acesso em: 25 de dez de 2018.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. **Agricultural Development**: an international perspective. Baltimore: J. Hopkins, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Manual do Recenseador - Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5537.pdf.

Acesso em: jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. IBGE, Rio de Janeiro, 777p., 2009.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas-SP: ed. unicamp, 336 p., 1993.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**: 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

McMICHAEL, P. **Food regimes and agrarian questions**. Practical Action Publishing: warwickshire, 2013.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Alimentos para o Brasil**. Plano safra da agricultura familiar. 2014-2015, Cartilha, 31p., 2015.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Versão Final: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater, 2004. 22p.

MEDEIROS, K. N.; NUNES, E. M.; RAMALHO, S. M. Da Modernização Agrícola à Dinâmica de Desenvolvimento Rural: o assentamento MAISA, Rio Grande do Norte. **Revista Grifos**, v. 30, p. 129-156, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22295/grifos.v30i54.5944>. Acesso em: 15 jun de 2021.

MORGAN, D. L. **Focus groups as qualitative research**. Beverly Hills, SAGE Publications, 1996.

NEDET/UERN. Núcleo de Desenvolvimento Territorial - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). Mossoró, 2016. 1 mapa, colorido. Escala 1:6000.000.

NUNES, E. M.; CRUZ, M. S.; SILVA, V. M. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Território Rural Sertão Central Cabugi e Litoral Norte (RN): o desafio da adequação sócio-técnica. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 27, n.3, p. 40-64, jul./set. 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179643573>. Acesso em: 20 out. 2020.

NUNES, E. M.; SILVA, V. M.; SÁ, V. C. Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): formação e conhecimentos para a agricultura familiar do Rio Grande do Norte. **Redes**: Santa Cruz do Sul [IMPRESSO], v. 25, N. 2, p. 857-881, maio-ago. 2020b. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/14174>. Acesso em: 07 de jun 2020. Doi: <https://doi.org/10.17058/redes.v25i2.14174>.

NUNES, E. M.; TÔRRES, F. L.; SILVA, M. R. F.; Sá, V. C.; GODEIRO-NUNES, K. F. Dinamização econômica e agricultura familiar: limites e desafios do apoio a projetos de infraestrutura (PROINF) em territórios rurais do Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 3, p.529-54, jul./set. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005303009>. Acesso em: 09 maio 2020.

NUNES, E. M.; FRANÇA, A. R. M.; LIMA, J. S. S.; MEDEIROS, L. S. Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi (RN). **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.23, n,1 p. 213-236, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/redes.v23i1.9292>. Acesso em: 23 fev. 2020.

NUNES, E. M.; GONDIM, M. F. R.; SILVA, M. R. F. Identidade e reestruturação produtiva nos territórios Açu-Mossoró e Sertão do Apodi, no Rio Grande do Norte. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n.1, p. 137-166, fev./maio. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36920/esa-v27n1-7>. Acesso em: 10 out 2021.

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara. **Relatório físico-financeiro, ações, resultados e impactos**. Recife, PDHC/MDA/FIDA, 2009.

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara. **Relatório físico-financeiro ações desenvolvidas 2001-2006**. Versão preliminar. Recife, FIDA e SDT Secretaria de Desenvolvimento Territorial, 2006a.

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara. **Sistemas de produção sustentáveis, assessoria técnica e organização da produção agropecuária na perspectiva territorial: a experiência do Projeto Dom Helder-SDT/MDA/FIDA**. Recife, 2006b.

PDHC – Projeto Dom Helder Câmara. **Termo de Referência Para Estudo de Caso nas Áreas Temáticas de Sistematização** - Estratégia de Assessoria Técnica do PDHC. Recife, 2008.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Senado Federal: Textos para Discussão nº 48, 27 p., 2008. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>. Acesso em: 20 set. 2019.

PLOEG, J. D. van der. **The New Pansantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization**. Earthscan, Sterling VA, London, 2008.

Projeto Dom Helder Câmara – **PDHC/SDT/MDA/FIDA** – Organização das Nações Unidas - ONU, Unidade Local de Supervisão no RN e Unidade Gerencial do Projeto – UGP,

Recife/PE, 2008. Disponível em: www.projetodomhelder.gov.br. Acesso em: 24 jan. 2009.

PTDRS. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Açu-Mossoró e Sertão do Apodi**. Brasília: MDA/SDT, 2010.

SIDERSKY, P. R., JALFINF.T., ARAÚJO, E. R. **A estratégia de assessoria técnica do Projeto Dom Helder Câmara**, 2. ed., Recife, PE: Projeto Dom Helder Câmara, 166p., 2010.

SILVA, C. R. F. E.; SILVA, M. R. F.; NUNES, E. M. A operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS) no território Açu-Mossoró (RN). **Revista Extendere**, v. 5, n.2, p. 148-165, jul./dez. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/334230662_A_Operacionalizacao_do_Programa_de_Aquisicao_de_Alimentos_PAA_na_modalidade_Compra_com_Doacao_Simultanea_CDS_no_Territorio_Acu-Mossoro_RN. Acesso em: 02 maio 2019.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762001000100001>. Acesso em: 02 maio 2019.

CONTRIBUIÇÕES DE AUTORIA

1 – Rosane Fernandes de Sousa Gurgel

Graduação em Letras (Língua Portuguesa), Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade
<https://orcid.org/0000-0002-4408-2891> • rosanegurgel29@hotmail.com

Contribuição: Concepção, coleta e análise de dados, elaboração do manuscrito, participação ativa da discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

2 – Emanuel Márcio Nunes

Economista, Doutorado em Desenvolvimento Rural, Professor
<https://orcid.org/0000-0002-9045-887X> • emanoelnunes@uern.br

Contribuição: Orientação, análise de dados, elaboração do manuscrito, participação ativa da discussão dos resultados, revisão e aprovação da versão final do trabalho.

3 – Vívian Menezes da Silva

Economista. Mestre em Planejamento e Dinâmicas Territoriais do Semiárido
<https://orcid.org/0000-0003-2177-9271> • menezesvivian123@gmail.com

Contribuição: Coleta de dados, participação ativa da discussão dos resultados e revisão do trabalho.

Como citar este artigo

GURGEL, R. F. de S.; NUNES, E. M.; SILVA, V. M. da. A Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) da EMATER e do Projeto Dom Helder Câmara (PDHC) no Território da Cidadania Sertão do Apodi, Rio Grande do Norte. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 29, n. 1, e3, p. 1-34, jan./mar. 2022. DOI 10.5902/2318179669139. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2318179669139>. Acesso em: dia mês abreviado. ano.